

**Inquérito Civil n. 06.2019.00005683-6****TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Thiago Alceu Nart, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e **ELCIO ELISEU TWARDOWSKI**, brasileiro, portador do RG n. 3.618.234 SSP/SC, inscrito no CPF n. 004.217.779-07, residente na Rua Jurema, n. 9, Progresso, São Bento do Sul/SC, CEP 89281-072, telefone (47) 99615-3132, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil epigrafado, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais, dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos, bem como do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 90, VI, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019);

**CONSIDERANDO** que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (art. 225, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o art. 225, § 3º, da Constituição Federal dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II, e 225, *caput*, todos da Constituição

Federal, preceito reafirmado pelo art. 1.228, § 1º, do Código Civil, segundo o qual o *"direito a propriedade deve ser exercitado em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas"*;

**CONSIDERANDO** que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (art. 2º da Lei n. 6.938/1981);

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade da *"correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental"* é objetiva, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981: *"sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade [...]"*;

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** a singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, que, conforme indica a sua denominação, são caracterizadas, em regra, pela intocabilidade e pela vedação de uso econômico direto;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 12.651/2012 (Código Florestal), no art. 4º, I, estabelece que são áreas de preservação permanente as faixas marginais

de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: *"a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; [...]"*;

**CONSIDERANDO** que a proteção marginal dos cursos d'água detém imprescindível função de preservação dos recursos hídricos, reduzindo, por exemplo, a drenagem e o carreamento de substâncias e de elementos para os corpos d'água, com a consequente prevenção de assoreamento;

**CONSIDERANDO** que as faixas marginas são úteis, ainda, para a preservação da paisagem, para a estabilidade geológica, para a biodiversidade, para o fluxo gênico de fauna e de flora, para a proteção do solo e, consequentemente, para o asseguramento do bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 12.651/2012 (Código Florestal), em seu art. 8º, prevê que *"A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei"*;

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade civil por violação às normas de proteção ao meio ambiente é objetiva, isto é, independe da existência de culpa, nos termos do art. 14, § 1º da Lei 6.938/1981, combinado com o art. 927, parágrafo único, do Código Civil;

**CONSIDERANDO** que as informações constantes do Inquérito Civil em epígrafe indicam que o COMPROMISSÁRIO, sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente, em data posterior a março de 2014, promoveu irregular intervenção em área de preservação permanente, mediante a

canalização do trecho do corpo hídrico que atravessa o imóvel de matrícula n. 07.983, situado na Rua Jurema, n. 9, Progresso, São Bento do Sul/SC;

**CONSIDERANDO** que esta Promotoria de Justiça entende viável a estipulação de medidas compensatórias indenizatórias para que sejam ressarcidos os danos ocasionados, sobretudo em razão da impossibilidade de recuperação *in natura* do bem jurídico lesado;

**CONSIDERANDO**, por fim, a autorização para lavrar, com os interessados, termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais (art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985);

### **RESOLVEM**

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, nos seguintes termos:

#### **1. DO OBJETO**

**Cláusula 1ª:** Este documento tem como objeto a adoção de medida de compensação pecuniária por parte do COMPROMISSÁRIO em decorrência da intervenção indevida em área de preservação permanente levada a efeito no trecho do curso d'água que transpassa o imóvel de matrícula n. 07.983, situado na Rua Jurema, n. 9, Progresso, São Bento do Sul/SC, sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente;

#### **2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª:** O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de fazer, consistente em, **no prazo de 90 (noventa) dias**, contados a partir da assinatura do presente, apresentar perante o órgão ambiental competente requerimento de licenciamento ambiental corretivo das obras de canalização do referido corpo hídrico, adequando-se às legislações e resoluções ambientais vigentes, informando esta Promotoria de Justiça sobre a viabilidade do licenciamento das atividades e da implementação do projeto corretivo;

**Parágrafo primeiro:** O COMPROMISSÁRIO se compromete a encaminhar a esta Promotoria de Justiça, **no prazo de 10 (dez) dias**, contados a partir da apresentação do requerimento de licenciamento ambiental corretivo, cópia do respectivo comprovante de recebimento pelo órgão ambiental, o qual poderá ser remetido em formato digital ao endereço eletrônico *saobentodosul03pj@mpsc.mp.br*;

**Parágrafo segundo:** O COMPROMISSÁRIO se compromete a atender todas as solicitações e modificações eventualmente exigidas, para o fim de obter o licenciamento ambiental corretivo, na forma e nos prazos estipulados pelo órgão ambiental, informando o Ministério Público de todos os despachos e posicionamentos adotados pelo órgão ambiental;

**Cláusula 3ª:** O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de fazer, consistente em efetuar o pagamento da quantia de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, a título de medida de compensação indenizatória pelos danos causados aos direitos difusos tutelados pelo presente instrumento;

**Parágrafo único:** O valor descrito no *caput* será dividido em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a primeira com vencimento em 10/01/2022 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, e será revertido em favor do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante o pagamento de boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, cujos comprovantes deverão ser remetidos ao endereço eletrônico *saobentodosul03pj@mpsc.mp.br* ou Whatsapp (47) 99209-4155 em até 5 (cinco) dias após a operação financeira;

### **3. DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 4ª:** Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o COMPROMISSÁRIO fica ciente de que:

**a)** inadimplementos e/ou atrasos injustificados dos prazos

estipulados na **cláusula 2ª**, por período superior a 10 (dez) dias, implicará em multa diária no montante de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** para cada um dos descumprimentos, valor a ser atualizado segundo o INPC ou outro índice que o suceder a partir da assinatura deste Termo, a ser revertida em favor do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, limitado ao valor correspondente a 30 (trinta) dias de inadimplemento; e

**b)** o atraso injustificado no pagamento da quantia pactuada na **cláusula 3ª**, por período superior a 10 (dez) dias, acarretará o vencimento antecipado de todo saldo devedor, o que se dará automaticamente, independentemente de aviso ou notificação, sobre o qual incidirão os seguintes acréscimos:

**b.1)** atualização monetária conforme INPC ou sucedâneo legal, calculada, proporcionalmente, desde a data do vencimento da parcela em atraso até o efetivo pagamento;

**b.2)** juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês; e

**b.3)** multa moratória de 10% (dez por cento) sobre os valores atualizados monetariamente, a serem revertidos em favor do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina; tudo sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis, bem como da execução específica das obrigações assumidas.

#### **4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 5ª:** O cumprimento das obrigações previstas neste ajuste não isenta o COMPROMISSÁRIO da observância das demais exigências da legislação em vigor e/ou outras leis e normas regulamentares que vierem a ser editadas ou entrarem em vigor após a sua assinatura;

**Cláusula 6ª:** A inexecução do compromisso previsto em quaisquer das cláusulas anteriores, bem como o indeferimento da licença ambiental corretiva

pelo órgão ambiental, facultará ao COMPROMITENTE, decorridos os prazos previstos, a adoção das medidas judiciais cabíveis;

**Cláusula 7ª:** O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar qualquer medida judicial contra o COMPROMISSÁRIO que assina o presente Termo de Ajustamento de Conduta, com relação ao objeto e termos ora ajustados, caso venham a ser fielmente cumpridos os seus dispositivos;

**Cláusula 8ª:** Eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos fixados, por ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicada até o prazo de 15 (quinze) dias após sua constatação a esta Promotoria de Justiça, que avaliará a possibilidade de prorrogação dos prazos e, se for o caso, poderá firmar termo aditivo;

**Cláusula 9ª:** A promoção de arquivamento do inquérito civil ao qual se vincula será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85, nos termos do art. 49, *caput*, do Ato n. 395/2018/PGJ;

**Cláusula 10ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e e art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, independentemente da homologação e da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público.

São Bento do Sul, 24 de setembro 2021.

**Thiago Alceu Nart**  
**Promotor de Justiça**

**Elcio Eliseu Twardowski**  
**Compromissário**